



# Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Finanças

para os devidos fins.

Em 19 / 03 / 25

Cbaap

Concelção de Marla Lages Rodrigues

Chefe do Núcleo Comissão Técnicas

Ao Deputado GUSTAVO

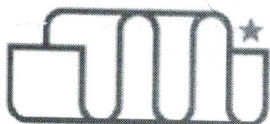
ALVES

para relatar.

Em 19 / 03 / 25

ma

Presidente da Comissão de Fiscalização  
Controle, Finanças e Tributação



**ALEPI**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

**PARECER nº**

**PROJETO DE LEI Nº 34 de 2025, que:**

Altera a Lei nº 8.103, de 17 de julho de 2023 (FESIM), e a Lei nº 5.425, de 20 de dezembro de 2004 (FERMOJUPI), compartilhando a gestão administrativa, financeira, contábil, orçamentária e patrimonial do Fundo Estadual de Segurança Institucional e de Magistrados (FESIM) entre a Presidência e a Corregedoria do Tribunal de Justiça.

**AUTOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**RELATOR: DEP. GUSTAVO NEIVA**

**I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei Ordinária nº 34/2025, de iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, propõe alterações na Lei nº 8.103, de 17 de julho de 2023, e na Lei nº 5.425, de 20 de dezembro de 2004, visando ao compartilhamento da gestão administrativa, financeira, contábil, orçamentária e patrimonial do Fundo Estadual de Segurança Institucional e de Magistrados (FESIM) entre a Presidência e a Corregedoria do Tribunal de Justiça.

A proposição foi aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça e enviada à Assembleia Legislativa, conforme Ofício nº 19085/2025, assinado pelo Presidente do TJ-PI. A justificativa apresentada destaca a necessidade de aprimorar a alocação de recursos do Fundo, destinando 65% para a Corregedoria Geral da Justiça e 35% para a Presidência do Tribunal, a fim de garantir maior segurança e eficiência na administração do primeiro e segundo graus do Poder Judiciário.

O projeto também estabelece a transferência anual de recursos do FERMOJUPI para o FESIM, no montante de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões), corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), bem como define regras de movimentação financeira e gestão patrimonial dos recursos.

Dessa forma, passa-se à análise da matéria.

## II – VOTO DO RELATOR

A destinação prioritária dos recursos para o fortalecimento da segurança institucional, conforme orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), busca atender deficiências identificadas pela inspeção da Corregedoria Nacional de Justiça, realizada por meio da Portaria nº 50, de 1º de agosto de 2024. Assim, a proposta encontra respaldo nos princípios da eficiência e do interesse público.

No aspecto financeiro, a vinculação dos recursos ao SIAFE-PI e a obrigatoriedade de movimentação em contas bancárias específicas garantem maior controle e transparência na gestão orçamentária, em conformidade com os princípios da legalidade e da responsabilidade fiscal.

Em relação à técnica legislativa, o projeto atende às disposições da Lei Complementar nº 95/1998, conferindo clareza e precisão ao texto normativo.

Depois de analisada, verifica-se, portanto, que tal norma proposta, **no mérito, atende aos critérios de conveniência e oportunidade**, motivo pela qual entendendo que não há impedimento quanto a sua legalidade, juridicidade, regimental e técnica legislativa, **minha manifestação é favorável à aprovação do referido projeto.**

## III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento ( X )

Pela rejeição ( )

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 25 de março de 2025.**

  
**DEP. GUSTAVO NEIVA**  
RELATOR

